

ANC X

Brasília - Gilberto Alves



Ulysses conseguiu, mais uma vez, dobrar o PMDB e adiar a convenção nacional

Reforma constitucional começa a ser discutida

BRASÍLIA — A nova Constituição sequer está concluída, mas já há quem se preocupe em facilitar futuras alterações em seus capítulos e artigos, depois da promulgação. A idéia é aprovar dispositivo nas Disposições Transitórias estabelecendo que, de cinco em cinco anos, a Constituição poderá ser reformada, pelo voto da maioria absoluta (metade mais um) do Congresso.

Esse foi o tema da conversa entre o assessor político do Palácio do Planalto, Thales Ramalho, e o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), durante voo de Recife para Brasília, segunda-feira passada. Os dois acham que, além de permitir necessárias correções no texto que a Constituinte prepara, a idéia tem componente altamente político: a perspectiva de reforma constitucional abrandaria as reações de fortes setores descontentes com o que foi aprovado nas áreas trabalhista, tributária e mineral, por exemplo. "Estabilizaria o processo", disse Thales a Egidio.

Hoje, a maior dificuldade para emendar a Constituição é o quórum de dois terços da Câmara dos Deputados e do Senado. O que se pretende é que, de cinco em cinco anos, o quórum seja reduzido para maioria absoluta. O exemplo vem de Portugal, onde, cinco anos depois de uma profunda reforma, a Cons-

tituição foi modificada pela segunda vez em 1982.

A primeira tentativa para mudar o texto da Constituinte partiu do *Centrão*, que queria mais uma vez mudar o regimento interno para permitir a apresentação de emendas modificativas no segundo turno de votação. Pelo regimento atual, as emendas no segundo turno poderão apenas suprimir frases e palavras ou corrigir redação. A semana de 44 horas, a licença-paternidade, o adicional de um terço sobre os salários nas férias e outros direitos trabalhistas contestados pelos conservadores estão, portanto, garantidos pelo regimento em vigor.

A tentativa frustrou-se porque o *Centrão* temeu que sua proposta fosse considerada casuísmo e também porque o grupo começou a perder força em sucessivas votações. Agora, a alternativa que se coloca é uma emenda aditiva às Disposições Transitórias assinada pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG), que prevê a revisão do trabalho da Constituinte daqui a cinco anos. O deputado Egidio Ferreira Lima estuda a possibilidade de diminuir o prazo de cinco para três anos, quando se faria a reforma da futura Constituição. Com isso, analisaram Thales e Egidio na conversa, os grandes interesses privados e o governo poderiam arrefecer suas críticas à Constituinte.